



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**  
**PROCESSO nº: 0198803-2 (14ª Vara Criminal da Capital)**  
**HABEAS CORPUS**  
**IMPETRANTE: LEONARDO QUERCIA BARROS**  
**PACIENTE: GETÚLIO GASPAR DA SILVA**  
**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

245

5460

**EMENTA:** HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS AUTORIZADORES DA PRISÃO PREVENTIVA. PLEITO DECIDIDO E TRANSITADO EM JULGADO. COISA JULGADA MATERIAL. NÃO CONHECIMENTO. EXCESSO DE PRAZO. FASE DE DILIGÊNCIAS PARA PROCEDER ÀS ALEGAÇÕES FINAIS. INSTRUÇÃO CRIMINAL CONCLUÍDA. ARGUMENTO SUPERADO. CONSTRANGIMENTO NÃO CONFIGURADO. DENEGAÇÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.

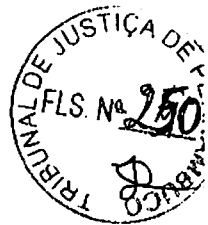
1. Em observância à coisa julgada material, não merece ser conhecido o argumento de ausência dos pressupostos autorizadores da prisão preventiva, uma vez que já foi decidido, com o devido trânsito em julgado, nos autos do HC nº 0190566-2, de relatoria da d. Des. Alderita Ramos de Oliveira.
2. Estando o processo na fase prevista no art. 402 do CPP, faltando apenas a execução das diligências requeridas pelo Ministério Público, considera-se concluída a instrução criminal de modo que resta superada a ocorrência de eventual excesso de prazo para formação da culpa.
3. Constrangimento não configurado. Ordem denegada.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* n. 0198803-2 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em não conhecer do pedido de desnecessidade da prisão antecipada, e denegar a ordem quanto ao alegado excesso de prazo, nos termos do voto do Des. Relator.

246

Recife 22 de Dezembro de 2009.

  
MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI  
Des. RELATOR E PRESIDENTE



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**  
**PROCESSO nº: 0198803-2 (14ª Vara Criminal da Capital)**  
**HABEAS CORPUS**  
**IMPETRANTE: LEONARDO QUERCIA BARROS**  
**PACIENTE: GETÚLIO GASPARD DA SILVA**  
**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**247**

**RELATÓRIO**

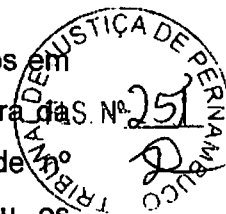
Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório com pedido de liminar impetrado por LEONARDO QUERCIA BARROS em favor de GETÚLIO GASPARD DA SILVA, o qual responde pela prática do crime previsto no art. 14 da Lei nº 10.826/2003 (porte ilegal de arma de fogo), apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 14ª Vara Criminal da Capital – PE.

Argumenta o impetrante, em síntese, que o paciente vem sofrendo constrangimento ilegal de seu direito em razão da ocorrência de excesso de prazo para a conclusão do processo, assim como pela ausência dos fundamentos autorizadores da prisão preventiva, uma vez que o paciente não é perigoso, que o crime imputado é de mero perigo abstrato, não indicando propensão criminosa do acusado, e que não há indícios de que o paciente venha a se furtar à aplicação da lei penal ou perturbar a instrução criminal. Juntou documentos de fls. 07/14.

Foi negada, às fls. 20/21, a concessão de liminar, pois não restou demonstrada, de plano, a plausibilidade do direito pleiteado.

A autoridade apontada coatora, através de sua chefe de secretaria, prestou informações à fl. 28, comunicando que a instrução criminal já se encontrava concluída e os autos com vistas ao Ministério Público para apresentação das

alegações finais. Informou, também, que o paciente responde a vários processos em Recife e no município de Lagoa de Itaenga, tendo sido condenado pela 6ª Vara da Capital, e que foi impetrado outro *Habeas Corpus* em favor do paciente, de nº 190.566-2, distribuído para o Gab. Des. Antônio de Melo e Lima. Juntou os documentos de fls. 29/46.



248

A Douta Procuradoria de Justiça se manifestou, por meio da Cota de fls. 52/53, no sentido de solicitar novas e atualizadas informações acerca do Proc nº 001.2009.104641-7, em razão da existência de discrepância entre as informações anteriormente fornecidas e as que constam do sistema JudWin.

Deferida a citada Cota, no despacho de fls. 57, e solicitadas novas informações, a autoridade apontada coatora informou que os autos aguardavam o cumprimento de diligências requeridas pelo *Parquet*, quando intimado para apresentação de alegações finais. Também remeteu cópia de todo o processo, a fim de instruir o presente *writ*.

Em parecer às fls. 243/244, o ilustre representante do Ministério Público opinou pela denegação da ordem, por entender que não há que se falar em excesso de prazo, haja vista estar encerrada a instrução criminal, e que estão presentes os pressupostos e requisitos ensejadores da prisão preventiva, pois a liberdade do paciente representa uma ameaça à ordem pública, uma vez que sua extensa folha de antecedentes e processos deixa clara sua personalidade inclinada ao crime.

Em pesquisa realizada no sistema informatizado JudWin, verifica-se que o HC nº 190.566-2, em favor do ora paciente e referente ao mesmo processo originário, foi julgado e se encontra transitado em julgado, tendo sido relatado pela Des. Alderita Ramos de Oliveira.

**É O RELATÓRIO.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**  
**PROCESSO nº: 0198803-2 (14ª Vara Criminal da Capital)**  
**HABEAS CORPUS**  
**IMPETRANTE: LEONARDO QUERCIA BARROS**  
**PACIENTE: GETÚLIO GASPAR DA SILVA**  
**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**249**

**VOTO**

Srs. Desembargadores,

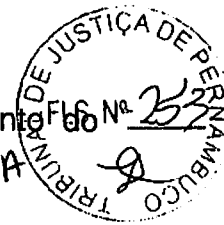
Sr.(a) Procurador(a).

Discute-se no presente *habeas corpus* a existência de suposto constrangimento ilegal do direito do paciente decorrente da ausência dos fundamentos autorizadores da prisão preventiva, assim como em razão do excesso de prazo para conclusão da instrução criminal.

No que se refere ao argumento de que não estão preenchidos os requisitos ensejadores da segregação cautelar, previstos no art. 312 do CPP, cumpre ressaltar que, segundo informações obtidas no sistema JudWin, a matéria já foi analisada e decidida, tendo transitado em julgado.

Dessa forma, verifica-se que, nos autos do HC nº 0190566-2, de relatoria da d. Des. Alderita Ramos de Oliveira, em favor do ora paciente e

referente à mesma ação criminosa, o argumento de ausência de fundamentação do decreto prisional já foi decidido, nos seguintes termos:



**EMENTA: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. PORTE ILEGAL DE ARMA DE USO PERMITIDO. ALEGAÇÃO DE FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NO DESPACHO QUE INDEFERIU PLEITO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. HABEAS CORPUS VIA INADEQUADA PARA POSTERIOR DILAÇÃO PROBATÓRIA. PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS E REQUISITOS ENSEJADORES DA PRISÃO PREVENTIVA. ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE E PROPENSÃO DELITUOSA DO AGENTE. ELEMENTOS DOS AUTOS RECOMENDAM A MANUTENÇÃO DA PRISÃO DO PACIENTE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.**

1. A ação da habeas corpus deve ser instruída, quando de sua impetração, de todos os documentos necessários à comprovação de alegado, pois não admite posterior dilação probatória;

2. Averiguada a presença dos requisitos ensejadores da prisão preventiva, diante da necessidade de acautelar a ordem pública, visto a periculosidade do agente e de sua propensão à prática criminosa, não há que se falar em constrangimento ilegal;

3. O preenchimento dos requisitos necessários para a obtenção do benefício de liberdade provisória não se mostra suficiente, quando as demais circunstâncias do feito recomendem a manutenção da prisão cautelar, demonstrado, in casu, pelo fato do paciente possuir uma extensa folha de antecedentes.

4. Ordem Denegada. Decisão Unânime.

Assim sendo, em razão de haver coisa julgada acerca da matéria ora em análise, deixo de conhecer o presente writ quanto ao argumento de ausência de fundamentos autorizadores da prisão preventiva.

No que tange à alegação de que se encontra caracterizado excesso de prazo para a formação da culpa, cumpre notar que a autoridade apontada coatora

informou que o processo se encontra quase em fase de alegações finais, aguardando apenas o cumprimento de algumas diligências requeridas pelo Ministério Público.

O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firmado no sentido de que não há excesso de prazo quando o processo já se encontra na fase de diligências, prevista no art. 402 do CPP, haja vista estar encerrada a instrução criminal, conforme demonstra o seguinte julgado:

250

*"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO TENTADO MAJORADO E RESISTÊNCIA. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INSTRUÇÃO CRIMINAL ENCERRADA. SÚMULA 52/STJ.*

*Encerrada a instrução criminal e encontrando-se o feito na fase de diligências, atual art. 402 do CPP, fica superado o pretense constrangimento ilegal por excesso de prazo (Precedentes/Súmula nº 52-STJ).*

*Ordem denegada". (HC 128.060/SP, QUINTA TURMA, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJe 17/08/2009)*

Nesse contexto, considerando que só falta a execução das diligências requeridas pelo *Parquet* para que se proceda às alegações finais, encontra-se superada a eventual ocorrência de excesso de prazo, não havendo, portanto, constrangimento ilegal a ser sanado no presente *writ*.

Diante do exposto, considerando estar superado o alegado excesso de prazo e não restar configurado constrangimento ilegal, meu voto é no sentido de **denegar** a ordem requerida e, quanto à alegação de desnecessidade da prisão preventiva, **não conhecer** do pedido, por se tratar de matéria já analisada no HC nº 190.566-2, com trânsito em julgado.

**É COMO VOTO.**

